

CB
15/6/97 15
215

Pequeno proprietário é campeão de queimadas

Pesquisa mostra que apenas um incêndio na floresta amazônica pode consumir até mil quilômetros quadrados de matas

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

pela primeira vez em muitos anos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) definiu diretrizes para a prevenção, controle e combate às queimadas na Amazônia com base em alentado relatório científico. O objetivo: direcionar as campanhas governamentais de combate aos incêndios na floresta amazônica.

Concluído este ano, estudo feito de 1994 a 1995 pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), sobre o uso do fogo em 287 pequenas, médias e grandes propriedades rurais — em cinco estados da Amazônia Legal —, mostrou que os pequenos proprietários tiveram, em média, de 8% a 23% de suas áreas queimadas. A cada ano variou o tamanho da propriedade queimada, indo de seis hectares/ano em pequenas propriedades a até 5.000

hectares/ano em grandes áreas.

A pesquisa, financiada pelo Banco Mundial, Grupo dos Sete (G-7) e pela United States Agency for International Development (Usaid), foi coordenada pelos pesquisadores Daniel Curtis Nepstad, Ane Auxiliadora Costa Alencar, Elza Gomes da Silva, Paul Lefebvre, Elsa Mendonça, Irving Brown, Débora Almeida e Oswaldo de Carvalho Jr.

ESTRAGOS

O estudo documenta a alta flama- bilidade das florestas primárias do sul do Pará e regiões do Mato Grosso. Em Paragominas (PA), por exemplo, apenas um incêndio acidental chegou a queimar mil quilômetros quadrados de floresta em 1988, com um prejuízo calculado em US\$ 1 milhão.

“Os produtores rurais da Amazônia sofrem grandes prejuízos com fogos não desejados, apesar de dependerem do fogo como ferramenta no manejo de suas terras”, con-

cluem os pesquisadores.

O relatório do Ipam mostra que as queimadas em áreas de pastagens e em capoeiras atingiram espaços substancialmente maiores do que as áreas queimadas por todos os outros tipos de incêndio documentados pelo estudo. A maioria dos incêndios teve origem em propriedades vizinhas (15%) ou em beira de estradas (10%), e entre 8% a 20% dos incêndios acidentais tiveram origem na queima de pastagens na própria fazenda.

“Os grandes proprietários não utilizam o fogo com frequência”, atesta o biólogo Eduardo Martins, presidente do Ibama, mostrando que esses grandes fazendeiros usam o fogo para o manejo de pastagens em ciclos de cinco a 10 anos.

Outro importante dado: grandes áreas de florestas primárias (sem exploração) pegaram fogo no sul do Pará e no Mato Grosso. Em média, de 750 a 1.400 hectares de floresta primária, por propriedade, queimaram nos últimos dois anos nesta região, confirmando estudos de susceptibilidade ao fogo e comprovando que a floresta ainda intocada nem sempre funciona como barreira natural contra a propagação de incêndios em paisagens amazônicas.

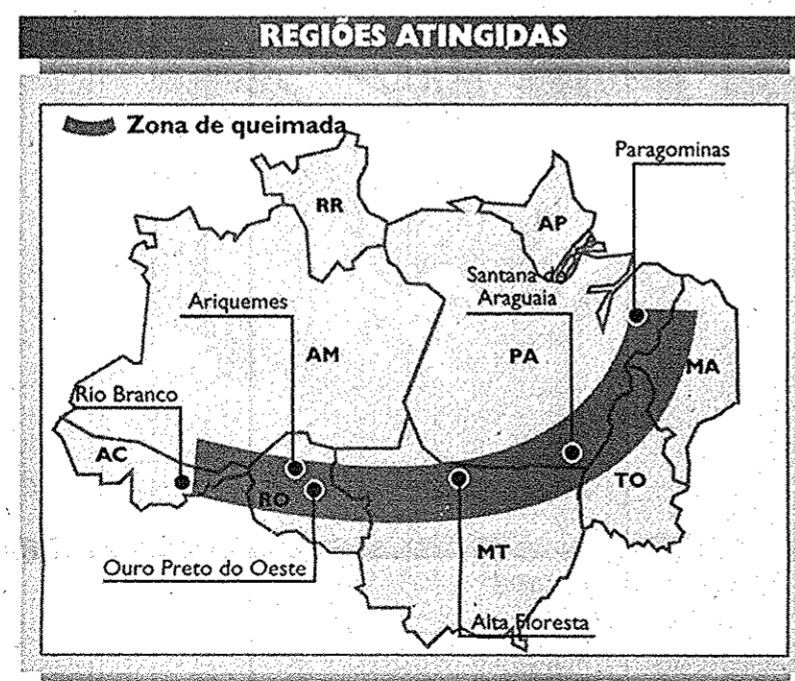
Áreas já desmatadas queimam mais

Levantamentos feitos pelo Ibama, em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos (SP) no início da década de 90, monitorando imagens dos satélites NOAA-12 e NOAA-14, mostraram ao mundo um quadro alarmante: em 1990 foram registrados 226.341 focos de queimadas. Em 1991, mais 312.900 focos. Em 1994, as queimadas diminuíram para 69.683 focos. Em 1996, nova queda: 53.641 focos.

Os estados do Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rondônia e Tocantins responderam nos últimos sete anos por mais de 90% dos focos de calor detectados pelo satélite NOAA-12.

Para os pesquisadores responsáveis pelo relatório, os resultados encontrados sugerem que grande parte das queimadas na Amazônia, nos últimos dois anos, não estão associadas ao desmatamento, mas sim a queimadas em áreas que já foram abertas e, em algumas regiões, a queimadas acidentais em floresta. Fica claro, segundo os pesquisadores, que a área que pega fogo não pode servir como medida indireta do desmatamento.

A pesquisa mostra que grande parte do fogo intencional foi decorrente da limpeza de pastagens e em muitas propriedades, graças à mecanização agrícola, não foi necessário o uso do fogo, principalmente entre os grandes proprietários de terra na Amazônia.



Outra preocupação do Ibama é com os novos assentamentos feitos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Amazônia, nos dois últimos anos, que não foram incluídos no estudo. Somente no estado do Pará foram realizados este ano 1.856 novos assentamentos, em seis municípios, parte de uma meta programada para atingir, em setembro, 10 mil famílias.

No Amazonas, uma área de 1,6 milhão de hectares está destinada a 16.678 famílias. No Maranhão, ano passado, foram criados 36 novos projetos de assentamento com capacidade para sete mil famílias. Cada família desmata e queima, em média, dois hectares de floresta para fazer roça, contribuindo para o aumento da área desmatada na Amazônia e para o incremento dos incêndios na floresta. (RB)

CURTAS

Devastação maior na década de 90

Não há qualquer dado estatístico disponível no Brasil sobre a dimensão

da área de floresta amazônica desmatada nos últimos três anos. Os últimos levantamentos mostram, porém, que, na década de 90, os desmatamentos aumentam ano a ano desde 1991, segundo dados de satélites monitorados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). As estatísticas conhecidas sobre desmatamentos mostram que a Amazônia já perdeu, ao longo deste século, 469 mil 978 quilômetros quadrados de suas florestas tropicais nativas, uma área

quase 100 vezes maior que o Distrito Federal. O desmatamento constatado por imagens de satélite mostra que as medidas adotadas pelo governo federal, ao longo dos últimos anos, não surtiram efeito. Os estados mais atingidos foram Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre — áreas de fronteira agrícola do país. O último levantamento mostra o estado do Pará como o mais devastado da Amazônia: uma área de 160.355 quilômetros quadrados de florestas foi destruída.